



Um novo código de Mineração e conflitos urbanos

Está em elaboração atualmente um novo marco regulatório da mineração pelo ministério de Minas e Energia (MME). Segundo este, três novas leis deverão ser propostas para a atividade mineral. A primeira fala sobre a licença para obtenção da lavra, a segunda sobre a criação de um conselho Nacional de Política Mineral e a terceira sobre a cobrança de Royalties.

Segundo pesquisadores e integrantes de movimentos sociais, durante o seminário “Marco legal da Mineração” ocorrido em Outubro em Brasília, o novo código trata apenas dos processos de compensação e mitigação dos danos causados pela atividade e não na redução da exploração, questão que poderia ter sido prevista no novo código.

Segundo Bruno Milanez: “Não se fala em limite, se fala em tratamento de efluente, carvão vegetal, segurança do trabalho. Fala-se em deixar a mineração segura e diminuir impactos.”

Uma das maiores preocupações é o prejuízo socioambiental que possa diminuir os impactos nos momentos de crise ou esgotamento do recurso explorado.

“Não se fala em limite, se fala em tratamento de efluente, de carvão vegetal, segurança do trabalho(...)”

Segundo esse pensamento existe um novo conceito: o “pós-extrativismo”. Nele, estão previstas a inclusão dos custos ambientais e sociais (externalidades) no valor final dos produtos. Além disso, se sustenta sobre a questão inevitável esgotamento dos recursos.

Para saber mais, acesse o especial do IBASE sobre o Código da Mineração: <http://www.canalibase.org.br/categoria/noticias/especiais/codigo-da-mineracao/>

Conflitos urbanos são inevitáveis. Em sociedades nas quais indivíduos pensam de maneiras diferentes, é normal a formação de “grupos”, os agentes dos conflitos - setores da sociedade com interesses semelhantes que unem suas vozes para lutar pelos mesmos. Até então, tudo parece certo: as diferentes opiniões sendo defendidas de maneira democrática.

O problema se instaura com o abalo da ética dos conflitos: quando as decisões são tomadas de maneira parcial - um determinado grupo é o predileto, tendendo sempre a conseguir o que quer; quando alguém se aproveita de um cargo privilegiado, da influência que exerce, de seus contatos, para atingir seu objetivo; quando determinado setor deixa de lutar por algo que sabe que é justo para defender suas próprias regalias.

Uma das formas antiéticas de luta é impedir que as pessoas se

posicionem de maneira contrária a determinado ponto de vista. Diria que o principal meio de se alcançar tal objetivo é incapacitar os opositores em potencial de construir um pensamento crítico. Como? Não realizando ou apoiando iniciativas de disseminação da educação de qualidade ou, até mesmo, “filtrando” as fontes de informação e construção de pensamento - permitindo, apenas, a transmissão da parte da realidade que convém ao dominante.

Alternativa é sufocar (por meio de ameaças, subornos, disseminação de calúnias ou fatos distorcidos) as manifestações dos que conseguem discordar. Assim, a educação não é tida como prioridade pelos governantes, e a mídia se encarrega de “produzir” programas de televisão, jornais e revistas que apenas revelem, da maneira desejada, a parte conveniente da realidade.

Acredito que além da preocupação com os resultados dos conflitos urbanos, seja necessária a preocupação com o que há por trás dos mesmos, com o modo como estão se desenvolvendo. Uma vez que os conflitos são reflexos da dinâmica da sociedade, devemos analisar o que eles nos dizem sobre a mesma: estamos construindo uma sociedade egoísta e elitista, na qual apenas poucos têm voz?

A educação não é tida como prioridade pelos governantes